

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### EXERCÍCIO DE 2009

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2009

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Lei nº 365 de 20 de maio de 2008.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2009 e dá outras providências.

Disposições Preliminares

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2009, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI – definição de critérios para início de novos projetos;
- XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – incentivo à participação popular;
- XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2009 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2006–2009, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2009 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2009 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2009 conterà demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2006-2009.

Art. 4º. O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará(ão) a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, órgãos e autarquias.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao art. 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2009, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2008, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 30 de julho de 2008, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – oriundos de transferências do Município;

III – oriundos de operações de crédito internas e externas;

IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2009, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 6 % (seis por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2009, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2009 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República.

Subseção II

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2009 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2009, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2009.

§ 2º. No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2009 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2009 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2009 a 2011, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a – a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;

b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2009, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;

II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

§ 1º. A lei orçamentária de 2009 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuïrem para a realizaçãõ de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" .

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2009 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente constituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetua-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que recebem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

Art. 36. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art 38. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009, os seguintes demonstrativos:

- I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2009 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2006-2009 e com as normas desta Lei;
- II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2009, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2008.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2009, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2009, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 44. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2009 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2009 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 48. Se o projeto de lei orçamentária de 2009 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2008, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2009, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009**

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2009 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 49. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas e Prioridades;
- II – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Luisburgo, 20 de maio de 2008.

Otenides dos Santos Hott Praça  
Prefeito Municipal

# ANEXO DE METAS FISCAIS

# MUNICÍPIO DE LUISBURGO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

LRF, art. 4º, § 1

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2009			2010			2011		
	VALOR CORRENTE ( A )	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE ( B )	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE ( C )	VALOR CONSTANTE	% PIB
Receita Total	8.660.334,38	8.131.769,37	0,00	10.205.795,81	8.998.034,61	0,00	12.021.930,69	9.952.344,40	0,00
Receitas Primárias ( I )	8.523.334,38	8.003.130,87	0,00	10.051.595,81	8.862.082,75	0,00	11.847.430,69	9.807.884,74	0,00
Despesa Total	8.660.334,38	8.131.769,37	0,00	10.205.795,81	8.998.034,61	0,00	12.021.930,69	9.952.344,40	0,00
Despesas Primárias ( II )	8.642.828,58	8.115.332,00	0,00	10.204.795,81	8.997.152,95	0,00	12.020.430,69	9.951.102,63	0,00
Resultado Primário ( I - II )	-119.494,20	-112.201,13	0,00	-153.200,00	-135.070,20	0,00	-173.000,00	-143.217,89	0,00
Resultado Nominal	-15.498,40	-14.552,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

#### PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - VALORES PREVISTOS ( EM REAIS )

2009	2010	2011
0,00	0,00	0,00

#### ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS ( EM % )

2009	2010	2011
6,50	6,50	6,50

# MUNICÍPIO DE LUISBURGO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2005	%	2006	%	2007	%
Patrimônio / Capital	3.125.006,21	100,00	3.833.732,53	100,00	4.150.703,15	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO	3.125.006,21	100,00	3.833.732,53	100,00	4.150.703,15	100,00

# MUNICÍPIO DE LUISBURGO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2005	2006	2007
ORIGEM DOS RECURSOS	23.300,00	23.950,00	33.360,00
Receitas de Alienações e Rentabilidades Financeiras	23.300,00	23.950,00	33.360,00
Alienação de bens Móveis	23.300,00	23.950,00	33.360,00
Alienação de bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL ( I )	23.300,00	23.950,00	33.360,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2005	2006	2007
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	24.754,50	53.671,58
Investimentos	0,00	24.754,50	53.671,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL ( II )	0,00	24.754,50	53.671,58
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR ( III )	0,00	23.300,00	22.495,50
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( IV ) = ( I - II + III )	23.300,00	22.495,50	2.183,92

# MUNICÍPIO DE LUISBURGO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso V

Valores em R\$1,00

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO MG**

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2009
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

**Entidade: SAAE DE LUISBURGO - MG**

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2009
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

**Entidade: CAMARA MUNICIPAL**

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2009
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00



# ANEXO DE RISCOS FISCAIS

**MUNICÍPIO DE LUISBURGO**

---

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
DEMONSTRATIVO IX - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

LRF, art . 4º, § 3º

Valores em R\$1,00

---

# METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO MG

PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.002	AMORTIZACAO DE PARCELAMENTO E ENCARGOS DA DIVIDA	%	100,00	AMORTIZAR DIVIDA CONTRATADA

PROGRAMA: 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: PROVER OS ORGAOS DA PROPRIA ADMINISTRACAO PUBLICADOS MEIOS PARA A IMPLEMENTACAO E GESTAO DOS SEUS D IVERSOS PROGRAMAS FINALISTICOS, POR MEIO DE ACOESVOLTADAS A MANUTENCAO E APRIMORAMENTO DA A DMINISTRACAO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.032	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	%	100,00	SERVICOS PUBLICO MANTIDO
2.035	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ASSESSORIA JURIDICA	%	100,00	SERVICOS ASSESSORIA MANTIDOS
2.071	REMUNERACAO DE SUBSIDIOS SEC.MUN.ADMINISTRACAO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

PROGRAMA: 0003 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR

OBJETIVO: APOIAR AS ATIVIDADES DO EXECUTIVO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.001	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DOS AGENTES POLITICOS	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	%	100,00	SERVICO MANTIDO

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0004 ADMINISTRACAO PUBLICA MUNICIPAL**

**OBJETIVO: MANTER OS SERVICOS ADMINISTRATIVOS**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.018	MANUTENCAO DE CONVENIO COM POLICIA MILITAR	%	100,00	CONVENIO MANTIDO
0.019	MANUTENCAO DE CONVENIO COM POLICIA CIVIL	%	100,00	CONVENIO MANTIDO
0.020	MANUTENCAO DE CONVENIO COM CORREIOS	%	100,00	CONVENIO MANTIDO
2.003	MANUT.DESPESAS C/DIVULGACAO OFICIAL E PUBLICIDADE	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.048	MANUTENCAO DO SERVICO DE PATRIMONIO	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.049	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ALMOXARIFADO	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.050	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE COMPRAS E LICITACOES	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.054	MANUTENCAO DO SERVICO DE PESSOAL	%	100,00	SERVICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0006 CONTROLE DE TRIBUTACAO E ADMINISTRACAO TRIBUTARIA**

**OBJETIVO: AUMENTAR A ARRECADACAO MUNICIPAL.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.014	MANUTENCAO DE CONVENIO COM SIAT	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.056	MANUTENCAO ATIVIDADES DO SERVICO DE TRIBUTACAO	%	100,00	AUMENTO DE ARRECADACAO

**PROGRAMA: 0007 CONTROLE CENTRAL DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA**

**OBJETIVO: ADMINSTRAR OS RECURSOS DO MUNICIPIO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.053	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TESOURARIA	%	100,00	RECURSOS DO MUNICIPIO ADMINISTRADO

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0008 REGULACAO E FISCALIZACAO DOS SERVICOS PUBLICOS**

**OBJETIVO: CONTROLAR A EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.004	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE CONTABILIDADE	%	100,00	EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA CONTROLADA

**PROGRAMA: 0009 ATENDER O CONTROLE INTERNO**

**OBJETIVO: MANTER OS SERVICOS DE CONTROLE INTERNO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.043	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE CONTROLE INTERNO	%	100,00	SERVICO DE CONTROLE INTERNO MANTIDO

**PROGRAMA: 0010 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL**

**OBJETIVO: MANTER O SERVICO DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA COMBA-TER A DESIGUALDADE SOCIAL.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.025	CONCESSAO DE AUXILIO FINANCEIRO PESSOAS CARENTES	%	100,00	PESSOAS CARENTES ATENDIDAS
2.005	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	%	100,00	SERVICO SOCIAL MANTIDO

**PROGRAMA: 0011 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE**

**OBJETIVO: ATENDER AS CRIANCAS E ADOLESCENTES DO MUNICIPIODELUIBURGO**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.046	MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	%	100,00	CRIANCAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0012 ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE SAUDE**

**OBJETIVO: APOIAR OS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SAUDE.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.006	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SAUDE	%	100,00	SERVICO MANTIDO NA ADMINISTRACAO DA SAUDE
2.069	REMUNERACAO DE SUBSIDIOS DO SEC. MUN.SAUDE	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0013 ATENCAO A SAUDE DA COMUNIDADE**

**OBJETIVO: PROPORCIONAR SAUDE COM QUALIDADE A POPULACAO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.021	TRANSF.CONSORCIO INT.DE SAUDE - CIS CAPARAO	%	100,00	TRANSFERENCIA MANTIDA
0.023	CONCESSAO DE SUBVENCAO HOSPITAL CESAR LEITE	%	100,00	SUBVENCAO MENTIDA
1.006	CONSTRUCAO E AMPLIACAO POSTO DE SAUDE	%	0,00	POSTO DE SAUDE CONSTRUIDO/AMPLIADO
1.007	AQUISICAO MOVEIS,VEIC.E EQUIP.PERM.P/ SAUDE	UNIDADE	0,00	VEICULO E EQUIPAMENTO ADQUIRIDO
2.009	MANUT.PROGR.AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.020	MANUTENCAO DOS SERVICOS DA SAUDE	%	100,00	SERVICOS DA SAUDE MANTIDO
2.055	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SAUDE MS/SUS	%	100,00	SERVICOS MANTIDOS
2.062	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.077	MANUTENCAO PROGRAMA SAUDE EM CASA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0014 SAUDE DA FAMILIA**

**OBJETIVO: PREVENIR A POPULACAO CONTRA DOENCAS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.007	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA - PSF	%	100,00	PREVENCAO DE DOENCAS
2.008	MANUTENCAO DA MEDICINA PREVENTIVA	%	100,00	PREVENCAO DE DOENCAS

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

#### DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.061	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES PROGRAMA SAUDE EM CASA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0015 VIGILANCIA SANITARIA**

**OBJETIVO: COMBATER DOENCAS EPIDEMIOLOGICAS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.010	MANT.PROGR.INCENTIVO ACOES BASICAS VIG.SANITARIA	%	100,00	DOENCAS EPIDEMIOLOGICAS COMBATIDAS

**PROGRAMA: 0016 UNIVERSALIZACAO DA EDUCACAO INFANTIL**

**OBJETIVO: INCENTIVAR O ENSINO INFANTIL PARA CRIANCAS DE 0 A 6 ANOS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.063	MANUTENCAO ATIVIDADES ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.064	REMUNERACAO PROFISSIONAIS MAGISTERIO - FUNDEB 60%	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.065	MANUTENCAO ATIVIDADES ENSINO INFANTIL	%	100,00	SERVICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0017 ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**OBJETIVO: ADMINISTRAR O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.013	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO	%	100,00	SERVICO DE ADMINISTRACAO DO ENSINO MANTIDO
2.072	REMUNERACAO DE SUBSIDIOS SEC.MUN.EDUCACAO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO



## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0018 ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

##### OBJETIVO: COMBATER O ANALFABETISMO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.003	CONST./AMP.REF.QUADRAS POL.E ESCOLAS MUNICIPAIS	UNIDADE	1,00	QUADRAS CONSTRUIDAS
1.004	CONSTRUCAO CENTRO DE EDUCACAO INTEGRADA	%	0,00	CENTRO DE EDUCACAO INTEGRADA
2.017	MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.066	MANUTENCAO ATIV.ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB 40%	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.067	REMUNERACAO PROFISSIONAIS MAGISTERIO - FUNDEB 60%	%	100,00	SERVICO MANTIDO

#### PROGRAMA: 0019 TRANSPORTE ESCOLAR

##### OBJETIVO: MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR DO SERVICO DE ENSINODO MUNICIPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.018	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - R.P.	%	100,00	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.019	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - REC.FUNDEB	%	100,00	RECURSOS MANTIDOS
2.052	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR EM CONVENIO	%	100,00	ALUNOS TRANSPORTADOS

#### PROGRAMA: 0020 PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR

##### OBJETIVO: MANTER A ALIMENTACAO ESCOLAR COMBATENDO A DESNUTRICAO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.021	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR - REC.PROPRIOS	%	100,00	ALIMENTACAO MANTIDA
2.022	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR - REC.CONVENIOS	%	100,00	ALIMENTACAO MANTIDA

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0022 PROMOÇÃO, PRODUÇÃO, DIFUSÃO CULTURAL E TURÍSTICA**

**OBJETIVO: PROMOVER FESTAS FOLCLÓRICAS NO MUNICÍPIO, PROMOVER IMPLEMENTAÇÃO DO TURISMO NO MUNICÍPIO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.028	MANUTENÇÃO FESTIVIDADE E COMEMORAÇÕES CÍVICAS	%	100,00	FESTAS PROMOVIDAS
2.075	REMUN.SUB.SEC.MUN.TURISMO,CULTURA,ESPORTE/LAZER	%	100,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0023 BIBLIOTECA PÚBLICA**

**OBJETIVO: MANTER A POPULAÇÃO ATUALIZADA**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.029	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	%	100,00	BIBLIOTECA MUNICIPAL MANTIDA

**PROGRAMA: 0024 PLANEJAMENTO RURAL E URBANO**

**OBJETIVO: MANTER OS SERVIÇOS RURAIS E URBANOS**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.010	CONSTRUÇÃO DE REDE PLUVIAL	METROS LINEARES	0,00	REDE PLUVIAL CONSTRUÍDA
1.011	CONSTRUÇÃO DE CALCAMENTO DE RUAS	METROS QUADRADOS	3.350,00	CALCAMENTO DE RUAS CONSTRUÍDO
2.030	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	%	100,00	SERVIÇOS URBANOS MANTIDOS
2.036	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS	%	100,00	SERVIÇOS FUNERÁRIOS MANTIDOS
2.060	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	%	100,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO
2.074	REMUNERAÇÃO SUBSÍDIOS SEC.MUN.OBRAS/SERVIÇOS URBAN	%	100,00	SERVICO PÚBLICO MANTIDO

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0025 LIMPEZA URBANA**

**OBJETIVO: MANTER A CIDADE LIMPA.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.031	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA URBANA	%	100,00	LIMPEZA NA CIDADE
2.033	MANUTENCAO DA USINA DE COMPOSTAGEM DE LIXO	%	100,00	SERVICOS MANTIDOS

**PROGRAMA: 0026 PRACAS, PARQUES E JARDINS**

**OBJETIVO: MANTER OS SERVICOS URBANOS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.057	MANUTENCAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS	%	100,00	PRACAS, PARQUES E JARDINS MANTIDOS

**PROGRAMA: 0027 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA**

**OBJETIVO: INCENTIVO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.007	MANUTENCAO DE CONVENIO COM EMATER	%	100,00	CONVENIO MANTIDO
0.015	TRANSFERENCIA DE VERBA A EMATER	%	100,00	TRANSFERENCIA MANTIDA
2.027	MANUTENCAO DA SEC.MUNICIPAL DE AGRICULTURA	%	100,00	SECRETARIA MANTIDA
2.080	REMUNERACAO SUBSIDIOS SEC.MUN.AGRICULTURA/MEIO AMB	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0029 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES**

**OBJETIVO: MANTER SERVICOS POSTAIS DO MUNICIPIO**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.037	MANUTENCAO DA TORRE REPETIDORA DE SINAL DE TV	%	100,00	SERVICOS MANTIDOS

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0030 DISTRIBUICAO DE ENERGIA**

**OBJETIVO: MANTER A ILUMINACAO PUBLICA DO MUNICIPIO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.038	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	%	100,00	ILUMINANCAO PUBLICA MANTIDA

**PROGRAMA: 0031 CONSERVACAO DE RODOVIAS E ESTRADAS VICINAIS**

**OBJETIVO: CONSERVAR AS ESTRADAS VICINAIS PROPORCIONANDO MAIS FACILIDADE NA LOCOMOCAO DOS HABITANTES.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.012	CONSTRUCAO DE MATA BURROS, BUEIROS E PONTES	UNIDADE	7,00	MELHORIA NO TRANSPORTE
2.040	MANUTENCAO DAS ESTRADAS VICINAIS	%	100,00	ESTRADAS VICINAIS MANTIDAS

**PROGRAMA: 0032 ATENDER VEICULOS DO MUNICIPIO**

**OBJETIVO: MANTER OS VEICULOS PARA USO DA PREFEITURA.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.034	MANUTENCAO DOS VEICULOS/MAQUINAS DA PREFEITURA	%	100,00	VEICULOS E MAQUINAS MANTIDOS
2.039	MANUT. DA OFICINA, BORRACHARIA E LAVADOR MUNICIPAL	%	100,00	SERVICOS MANTIDOS

**PROGRAMA: 0033 DESPORTO AMADOR E PROFISSIONAL**

**OBJETIVO: MANTER O ESPORTE NO MUNICIPIO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.041	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS	%	100,00	SERVICOS MANTIDOS

## MUNICÍPIO DE LUISBURGO

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0034 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA**

**OBJETIVO: PREVENIR E CONTROLAR DOENCAS, SURTOS, EPIDEMIAS CALAMIDADES PUBLICAS E EMERGENCIAS EPIDEMIOLOGICAS DE MANEIRA OPORTUNA**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.047	MANUTENCAO ATIV.EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENCAS	%	100,00	PREVENIR E CONTROLAR DOENCAS

**ENTIDADE: SAAE DE LUISBURGO - MG**

**PROGRAMA: 0001 APOIO ADMINISTRATIVO**

**OBJETIVO: PROVER OS ORGAOS DA PROPRIA ADMINISTRACAO PUBLICADOS MEIOS PARA A IMPLEMENTACAO E GESTAO DOS SEUS D IVERSOS PROGRAMAS FINALISTICOS, POR MEIO DE ACOES VOLTADAS A MANUTENCAO E APRIMORAMENTO DA A DMINISTRACAO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.001	CONTRIBUICAO PARA O PASEP	SERVIDORES PUBLICOS	7,00	GARANTIR ABONO SALARIAL ANUAL AO SERVIDOR

**PROGRAMA: 0028 PROTECAO AMBIENTAL**

**OBJETIVO: PROTECAO AO MEIO AMBIENTE**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
6.008	PREV. CONSERV.AMBIENTAL BACIA DOS MANANCIAS	EM APURACAO	0,00	MEIO ANBIENTE MANTIDO

**PROGRAMA: 0037 REGULACAO E FISCALIZACAO DOS RECURSOS PUBLICOS**

**OBJETIVO: ADMINISTRAR A EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRADO SERVICIO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE LUISBURGO**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
6.002	MANTER OS SERVICOS DE CONTABILIDADE	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

MUNICÍPIO DE LUISBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009  
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0038 SISTEMAS DE AGUA E ESGOTO

OBJETIVO: ATENDER O ABASTECIMENTO DE AGUA E MANTER AS INSTA-LACOES DA REDE DE ESGOTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
6.005	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
6.006	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

ENTIDADE: CAMARA MUNICIPAL

PROGRAMA: 0002 PROCESSO LEGISLATIVO

OBJETIVO: MANTER O PODER LEGISLATIVO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
4.001	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DOS AGENTES POLITICOS	AGENTES POLITICOS	9,00	SERVICO LEGISLATIVO MANTIDO
4.002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GABINETE DA PRESIDENCIA	%	100,00	GABINETE DA PRESIDENCIA MANTIDO
4.003	HOMENAGENS, RECEPCOES E COMEMORACOES	%	100,00	RECEBER AUTORIDADES NA CAMARA
4.004	MANUTENCAO DE DESP. C/PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
4.005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL	%	100,00	SERVICO DO PODER LEGISLATIVO MANTIDO
4.006	DIVULGACAO OFICIAL E PUBLICIDADES	%	100,00	MANTER A POPULACAO INFORMADA

Índice Geral

Relatório	Página
Texto da Lei da LDO	3
Demonstrativo I - Metas Anuais	13
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido	14
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	15
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	16
Demonstrativo IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	18
Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração	20